

# O Popular

## Casa histórica é demolida

**PATRIMÔNIO** Imóvel localizado no Setor Campinas estava em inventário da Prefeitura de Goiânia como passível de ser tombada. Lote será usado como estacionamento por proprietário.

Márcio Leijoto  
marcio.leijoto@opopular.com.br

André C

Uma casa no Setor Campinas que constava em um inventário da Prefeitura de Goiânia como bem considerado passível de tombamento pelo valor histórico foi demolida no início do mês pelo novo proprietário, que vai usar o lote, segundo ele, como um estacionamento para um parente gerenciar. A lista de bens que poderiam se tornar patrimônio arquitetônico da capital está nas mãos da Gerência de Patrimônio Artístico Cultural da Secretaria Municipal de Cultura (Secult) desde 2013, entretanto, desde então ela já perdeu 20% dos imóveis, todos demolidos.

O imóvel - de estilo eclético sintético - pertencia originalmente ao contador Benedito Rezio e estaria, segundo vizinho, vazia há mais de três anos. Arquitetos ouvidos pela reportagem afirmaram que o tipo de construção era muito comum na formação de Goiânia, nos meados do século passado e que agora poucos modelos permanecem em pé.



Imóvel do Setor Campinas foi demolido no começo do mês para dar espaço a um estacionamento, segundo o novo proprietário do local

A casa foi adquirida recentemente pelo advogado Arivaldo da Silva Chaves, que já foi presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO). De acordo com ele, a casa estava em péssimo estado de conservação e representava risco para quem a frequentasse. “Estava caindo tudo. Tudo foi feito dentro da legalidade”, afirmou.

Ainda segundo Arivaldo, não havia como manter o imóvel em pé. No lote, havia também uma outra casa, que não constava no inventário da Prefeitura, também demolida.

Reportagem publicada no dia 6 pelo POPULAR mostrou que foram demolidos nos últimos seis anos 78 imóveis de uma relação de 303 identificados pela Prefeitura como de valor histórico e passíveis de tombamento. A lista é de 2013 e a demora no processo de preservação tem sido bastante criticada por urbanistas e foi alvo de uma ação civil do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO). O Executivo Municipal entrou com recursos, inclusive no Supremo Tribunal Federal (STF), entretanto, perdeu todos e no



Márcio Leijoto

De estilo eclético sintético, imóvel tinha valor histórico para Goiânia

começo de setembro a Justiça deu 180 dias para que o município concluísse o processo de tombamento. Uma nova relação de imóveis históricos foi elaborada a pedido do MP-GO pelo Instituto do Patrimônio Histó-

co e Artístico Nacional (Iphan) de Goiás e pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

Do inventário da Prefeitura, menos da metade estava com as características praticamente preservadas, segundo levanta-

mento feito pelo POPULAR. A falta de políticas públicas para estimular os proprietários dos imóveis históricos a preservação é bastante criticado por especialistas.

A arquiteta, urbanista e pesquisadora pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Simone Borges, que atua na área de preservação arquitetônica da capital, diz que construções que misturam vários estilos foram uma tendência nas primeiras décadas da capital e que a casa demolida era uma das poucas que permaneciam bem conservadas.

A arquiteta Maria Ester de Souza, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO), lamenta a demolição e diz que a falta de políticas públicas para preservação do patrimônio arquitetônico e de interesse por parte dos proprietários destes imóveis na preservação trazem consequências diretas e indiretas para a capital. “É uma pena. Se a gente tivesse uma paisagem preservada, teríamos muito mais turismo, menos violência na cidade.”

A demolição foi feita sem que a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (Seplanh) emitisse o alvará necessário. De acordo com a pasta, o proprietário protocolou processo junto a unidade Atende Fácil em 30 de setembro e que o processo “ainda encontra-se em trânsito para a pasta com vistas à análise e posterior emissão do alvará, caso atenda aos requisitos legais”.

Já a Secult confirmou que a casa demolida estava na lista de imóveis a serem acautelados (medida que garante a preservação do imóvel até seu tombamento) por ordem judicial publicada no Diário Oficial do Município, em abril deste ano. Ainda segundo a pasta, a demolição será comunicada às autoridades competentes para “que as devidas providências legais sejam tomadas”.

Arivaldo diz que tinha um protocolo autorizando a demolição e que foi informado por uma servidora da pasta que estava autorizado. “Tudo que foi pedido eu fiz.”

## Secretário defende Plano Diretor

O titular da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (Seplanh), Henrique Alves, diz que a revisão do Plano Diretor de Goiânia, em tramitação na Câmara Municipal, inova ao trazer medidas para preservar tanto os bens tombados como o entorno deles, entretanto, a Prefeitura não tem o que fa-

zer para impedir a demolição de imóveis que não estejam identificados oficialmente como de valor histórico. “Pela primeira vez, a Prefeitura de Goiânia faz um zoneamento histórico. Isso nunca existiu. Mas existe restrições para o Plano Diretor quando um bem não é tombado.”

Urbanistas estão preocupa-

dos com o fato de o projeto de revisão do Plano Diretor estimular o adensamento no Centro de Goiânia sem que a Secretaria Municipal de Cultura (Secult) tenha concluído o processo de tombamento de mais de 300 imóveis, atendendo a uma determinação judicial.

Alves defende a proposta do

Paço de estimular o desenvolvimento econômico da região central e o adensamento como formas, inclusive, de estimular o interesse pelo bairro histórico. “Nossa preocupação é atrair novos moradores sem destruir nosso patrimônio histórico. Mas para afirmar que é um bem histórico precisa de uma definição fei-

ta por um órgão competente.”

O secretário diz que existe por parte da Prefeitura uma preocupação em resolver a questão e que ações tem sido adotadas para isso. Para ele, é fundamental que os proprietários de bens históricos tenham a possibilidade de poder fazer algo com estes imóveis.